

4.2 LINGUAGEM, COGNIÇÃO E ARGUMENTATIVIDADE: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO MODELO DE ESPAÇOS MENTAIS*

RENATA AMARAL TEIXEIRA

Mestranda em Língua Portuguesa e Lingüística pela PUC/MG

MARIA REGINA DE CARVALHO C. OLIVEIRA

Doutoranda em Língua Portuguesa e Lingüística pela PUC/MG. Bolsista da CAPES/
DS

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Considerações Teóricas. 2.1. Por uma Noção de Instância de Enunciação. 2.2. Por uma Noção de Integração Conceptual. 2.2.1. Operação Básica de Integração Conceptual. 2.2.2. A Contrafactualidade e a Configuração de Redes de Espaços Mentais /Referenciais. 2.3. Articulação Teórica: Instância de Enunciação como Espaço Mental/Referencial. 2.4. Síntese. 3. Análise. 3.1. Apresentação do *Corpus*. 3.1.1. O *Corpus*. 3.2. Procedimentos Metodológicos Adotados na Análise do Texto. 3.3. Análise do *Corpus*. 4. Considerações Finais. 5. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é enfocar os processos e operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceptual¹. Uma das premissas básicas dessa teoria é a de que as expressões lingüísticas, por si só, não portam sentidos, mas servem de guia para sua produção. Ao assumirmos essa premissa, consideramos, com base em Fauconnier e Turner (2002), que as formas lingüísticas desencadeiam os significados e esses se processam a partir das operações básicas, complexas e, na maioria das vezes, inconscientes, de identificação, integração e imaginação, as quais constituem uma única operação mental, denominada Integração Conceptual. Por ser altamente criativa, essa operação é fundamental para o processo de produção de sentidos e crucial para os mais simples tipos de pensamentos.

Acresça-se a essas considerações uma concepção de linguagem como atividade socio-interativa, na qual os interlocutores instituem-se como enunciadores e enunciatários, em um determinado tempo e espaço discursivos, em função da produção e recepção de textos, no e pelo estabelecimento de uma relação com o mundo e com o outro. Isso-

* Ao tratarmos da produção de sentidos pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceptual, podemos remeter tanto a Espaços Mentais como a Espaços Referenciais. Há uma sutil diferença entre eles. Todos os espaços de referência (referenciais) são espaços mentais, mas nem todos os espaços mentais são espaços de referência, espaços constituídos no processamento discursivo. Em linhas gerais, os espaços mentais remetem a uma noção mais ampla do que aquela a que remetem os espaços referenciais. Neste trabalho, não explicitaremos melhor esses pormenores por entendermos que estão além do escopo de nossa proposta.

¹ Essa teoria foi proposta inicialmente por Fauconnier e seus colaboradores (1984, 1994, 1996 e 1997) e teve alguns aspectos reformulados em Fauconnier e Turner (2002).

² O termo discurso é empregado, neste estudo, como a própria atividade de linguagem.

³ O termo enunciação é empregado, neste trabalho, na perspectiva benvenistiana, e “consiste em colocar a língua em funcionamento por um ato individual de sua realização”. Como postula Émile Benveniste, “[...] a enunciação é o ato mesmo

nos leva a conceber a linguagem como processo, como discurso², como enunciação³, como processamento discursivo⁴, como atividade de interação social. Em consequência, os termos “texto” e “enunciado”, aqui, são entendidos como o resultado, como o produto da atividade discursiva, um produto que é, necessária e simultaneamente, um dos fatores constituintes do processamento discursivo.

2. Considerações Teóricas

2.1. Por uma Noção de Instância de Enunciação

Com base em Benveniste (1989, 1995), a Instância de Enunciação pode ser considerada um modelo de organização dialógica, o qual especifica o processo de construção das relações entre enunciador e enunciatário, situados em um determinado tempo e espaço discursivos, como fatores constituintes da referência discursiva. cremos que, se corretamente interpretamos o pensamento de Benveniste, esse modelo pode ser considerado como parte essencial da competência lingüística dos falantes de qualquer língua, devendo ser levado em conta sempre que nos referirmos a termos como linguagem, enunciação, discurso.

Segundo Benveniste (1989, p. 68), “[...] todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante [...], mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso”. Esse “modelo constante” que Benveniste denomina *aparelho formal da enunciação*, tem sido representado, por alguns autores, através do seguinte gráfico:

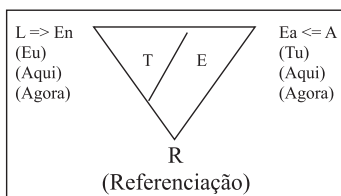


Figura 1: Aparelho Formal da Enunciação

Essa representação nos possibilita visualizar os fatores necessariamente envolvidos na instanciação do *aparelho formal da enunciação*, na implementação do processamento discursivo: um locutor (L), que se institui como enunciador (En) na e pela atividade lingüística; um alocutário (A), co-instituído na e pela atividade lingüística como enunciatário (Ea); ambos se instituindo lingüístico-cognitivamente num tempo (T) e num espaço (E) discursivos, construindo a referência (R) que se constitui a partir da necessidade de o locutor e alocutário falarem sobre um determinado assunto, ou seja, de

de produzir um enunciado”, o que evidencia o caráter processual da enunciação.

⁴ A expressão processamento discursivo é usada para nos referirmos a “[...] qualquer ação de linguagem que envolva a produção de texto/sentido” (NASCIMENTO, 2004).

⁵ Em outras palavras, compreendemos a referência como produção/construção de sentidos.

co-referirem no e pelo discurso. Nessa operação de discursivização, de instauração da fala, evidencia-se a *operação básica de referência*⁵, a qual, segundo Nascimento e Oliveira (2004, p. 289), é caracterizada pela ação do locutor que, na implementação do processamento discursivo, institui-se como enunciador e postula o outro, o alocutário, como enunciatário, num processo de co-referenciação, no e pelo discurso.

Ressalta-se, ainda, que a referência é um aspecto fundamental a ser considerado no processo de enunciação. Na perspectiva benvenistiana, como já dissemos, “[...] a referência é parte integrante da enunciação”. Ela é desencadeada pela possibilidade e, principalmente, pela necessidade de cada locutor se transformar em um co-locutor, em um ato, um processo de referenciação, de co-referenciação. Segundo Benveniste (1989, p.84),

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Assim, consideramos que a referência não está contida, pronta e acabada nas formas lingüísticas, pois ela é co-construída no e pelo discurso, não sendo, portanto, imanente ao texto. Dessa forma, o significado é construído dialogicamente no curso da interação verbal.

2.2. Por uma Noção de Integração Conceptual

A Teoria da Integração Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002)⁶, tem como enfoque central os estudos relativos às formas e aos significados. Nessa teoria, os autores postulam que não existe dicotomia entre forma e significado e, sim, um elo indissolúvel entre eles. Com base nesse postulado, o processamento discursivo é compreendido como a instanciação de operações mentais que se indiciam na materialidade do texto, seja oral ou escrito, o que nos leva a considerar não somente a importância da palavra, mas o contexto de sua produção e demais informações processadas cognitivamente no processamento discursivo.

Ao assumirmos esse entendimento, torna-se essencial examinar quais tipos de conexões nossas mentes tendem a fazer e quais tipos de efeitos são produzidos por diferentes contextos em e com que operam. A criação e a articulação de espaços mentais podem ser consideradas uma dessas conexões, por serem, os espaços mentais,

⁶ Reiteramos que essa teoria foi proposta inicialmente por Fauconnier e seus colaboradores (1984, 1994, 1996 e 1997) e teve alguns aspectos reformulados em Fauconnier e Turner (2002).

⁷ Segundo Houaiss(2001), constructo é “[...] uma construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples, para ser parte de uma teoria”. Pedimos, então, desculpas ao nosso leitor pela circularidade da definição por nós apresentada, mas, ao mesmo tempo, justificamo-nos, visto ser essa a nomenclatura utilizada pelos autores nos quais nos baseamos.

definidos como constructos⁷ mentais necessariamente constituídos no processamento de todo e qualquer discurso, a partir de pistas oferecidas pelas expressões linguísticas materializadas no texto.

2.2.1. Operação Básica de Integração Conceptual

Com ênfase na operação básica de integração conceptual, Fauconnier e Turner (2002)⁸ postulam que a mente humana, criando e integrando espaços mentais, projeta estruturas de uns espaços para outros, à medida que avançamos na produção e gestão do processamento discursivo. Nessa perspectiva teórica, a obra *The way we think* apresenta-se como um abrangente estudo sobre os processos subjacentes à produção de significados pela mente humana, partindo do princípio de que a construção de sentido ocorre através de operações complexas e quase sempre inconscientes, sendo a integração conceptual, reiteramos, a operação básica do processamento cognitivo.

Essa operação mental básica (Integração Conceptual) ocorre essencialmente por meio do processo denominado *blending*⁹, o qual envolve, no mínimo, a integração de dois espaços, o factual e o seu contrafactual, na produção de significados emergentes. Trata-se, concisamente, de uma e única operação mental, a qual se divide, para fins metodológicos, em três sub-operações: *identificação*, que realiza operações de reconhecimento de identidades, igualdades, semelhanças, diferenças, contrastes, etc., entre dois domínios cognitivos indicados por itens e/ou expressões lexicais ativadas; *integração*, que realiza a conexão entre os domínios léxico-sintático-discursivos ativados; e a *imaginação*, que, simultânea e concomitantemente com essas duas operações, realiza, através da projeção de dois ou mais domínios cognitivos, a configuração do sentido pretendido pelo locutor em sua interação discursiva com o alocutário (FAUCCONNIER; TURNER, 2002, p. 6).

No âmbito dessa questão, considera-se que a integração conceptual é efetuada pela mente humana através da compressão e da descompressão¹⁰, no espaço *blend*, de estruturas de significados possibilitadas por relações vitais¹¹. À luz da Teoria da Integração Conceptual, essas relações podem ser concebidas como princípios da mente, os quais possibilitam-na efetivar as operações de Identificação, Integração e Imaginação. Nessa perspectiva, as relações vitais são vistas como relações conceptuais necessárias à integração de espaços mentais de natureza distinta e desempenham papel fundamental na configuração da rede de espaços mentais.

⁸ Na obra *The way we think*, Fauconnier e Turner (2002) ratificam alguns pressupostos sobre a Teoria de Espaços Mentais e fazem algumas reformulações, especialmente no que se refere à capacidade da mente humana para fazer Integrações de Duplo Escopo/Espaço.

⁹ Neste trabalho, consideraremos *Blending* como Mescagem, como Fusão entre Espaços Mentais/Referenciais.

¹⁰ Há possibilidades múltiplas de compressão e descompressão para a topologia dos Espaços Mentais: tipos de conexão, tipos de projeção, emergência e a riqueza do mundo produzem uma vasta gama de possíveis tipos de redes de integração.

¹¹ Segundo Fauconnier e Turner (2002), podemos destacar, entre outras, as Relações Vitais de variação ou mudança, identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, papel-valor, analogia, contrafactualidade, propriedade, similaridade, categoria e intencionalidade.

2.2.2. A Contrafactualidade e a Configuração de Redes de Espaços Mentais

Na perspectiva da Teoria da Integração Conceptual, a contrafactualidade, mais do que uma relação vital, é uma propriedade da mente humana, que tem um papel central não apenas no modo como pensamos, mas, também, no modo como aprendemos e vivemos, sendo, portanto, essencial para a produção, construção e a compreensão dos sentidos que a mente humana produz.

A contrafactualidade, considerada como um centro nervoso do processo de produção de sentido, é fundamental para a indicição de todas as formas de relações vitais (tempo, espaço, identidade, mudanças, etc.) e para a identificação e integração de diferentes tipos de espaços mentais. Considerada em sua manifestação *visível*, em seus resultados em termos de ações manifestas, a contrafactualidade, enquanto propriedade da mente, pode ser compreendida como uma forçada incompatibilidade entre espaços mentais de natureza distinta. À guisa de exemplo, a fim de tornar mais claro o quadro teórico que estamos delineando, tomamos o seguinte enunciado encontrado em Fauconnier e Turner (2002):

(1) “Não há leite no refrigerador”.

Observemos que, a partir das pistas lingüísticas presentes no enunciado, a mente humana é capaz de construir de modo simultâneo dois espaços incompatíveis entre si e, ao mesmo tempo, complementares, quais sejam: o primeiro é o da realidade do falante, o factual, o espaço que nos indica não haver leite no refrigerador; já o segundo, o seu contrafactual, indica ser o refrigerador o local onde normalmente se espera encontrá-lo. O mesmo não aconteceria se, em vez de *leite*, disséssemos que no refrigerador não há *sapatos, roupas* ou qualquer outro elemento que estabelecesse uma relação absurda de acordo com o conhecimento compartilhado que temos do mundo em que vivemos.

Em suma, a contrafactualidade consiste na habilidade humana de operar mentalmente com mundos, através da criação, através da integração de espaços mentais, de um mundo imagético, contrafactual, contraparte do mundo da realidade discursiva do falante (Espaço-R). Isso implica assumir que as operações mentais de identificação, integração e imaginação, através das quais a mente humana constrói sentidos, envolvem, necessariamente, a contrafactualidade.

Ao realizar essas operações, a mente humana aciona e integra, simultânea e inevitavelmente, espaços mentais diversos, projetando-os sempre num e único espaço imagético em que se configura o sentido. De acordo com a Teoria da Integração Conceptual, ao fazer isso, no processamento discursivo, o falante/ouvinte realiza a operação de integração conceptual, constituindo uma *Rede Conceptual Integrada* que apresenta, em sua forma menos complexa, quatro espaços mentais/referenciais: o Espaço de Entrada

1 (Espaço *Input* 1), o Espaço de Entrada 2 (Espaço *Input* 2), o Espaço Genérico e o Espaço Integrado (*Blend*). Esse processo de integração de espaços pode ser visualizado na figura abaixo, transcrita de Fauconnier e Turner (2002, p.46).

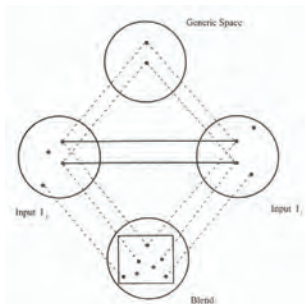


Figura 2: Rede Conceptual Integrada

Compreendemos o Espaço Genérico como o espaço onde se conectam as informações gerais comuns aos dois Espaços de Entrada (*Input* 1 e *Input* 2), os quais se apresentam, naturalmente, como domínios cognitivos diferenciados - parte e contraparte. Correspondem a estruturas parciais sem as quais não pode ocorrer a formação da mescla. Já o espaço integrado (*Blend*), espaço da mescla, é o lugar onde se projetam estruturas captadas nos demais espaços para que se dê o processo de referência. É importante ressaltar ainda que esse espaço apresenta uma configuração distinta, original, uma vez que os elementos que o compõem não existiam nos espaços de entrada, mas foram constituídos pelo processo de mesclagem. Também é necessário dizer que essa é uma representação mínima, uma vez que uma mescla pode servir como entrada a outras mesclas, formando conexões em uma rede de integração.

2.3. Articulação Teórica: Instância de Enunciação como Espaço Mental/Referencial¹²

No desenvolvimento deste estudo, uma instância de enunciação¹³, *lugar* de construção da referência, será concebida como espaço mental/referencial básico¹⁴ necessariamente envolvido no processamento discursivo, implementado e gerido pelas ações dos falantes/ouvintes.

Ao assumirmos esse pressuposto, estamos considerando que a implementação do

¹² Segundo Fauconnier (1994), os espaços mentais são ativados por expressões lingüísticas e resultam da interação entre determinadas conexões cognitivas e a riqueza e a variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais.

¹³ Na perspectiva de Benveniste, 1989/1995.

¹⁴ Na perspectiva de Fauconnier e Turner, 2002.

¹⁵ A Instância Enunciativa Zero também é conhecida pelo nome de situação default, conforme Magalhães, 1998, e é a operação de discursivização que institui o plano base, no âmbito do qual se criam e articulam outras instâncias enunciativas e outros tipos de espaços mentais.

processamento discursivo implica a criação de uma Instância Enunciativa Zero¹⁵, aqui equivalente ao Espaço-Base de que tratam Fauconnier e Turner (2002). Entende-se o espaço-base como a organização formal – o aparelho formal da enunciação – necessariamente constituinte do processo de discursivização, de fala, na configuração da representação lingüístico-cognitiva da situação de interlocução. Fauconnier (1984,1997), Fauconnier e Sweetser (1996) e Fauconnier e Turner (2002) denominam tal espaço “[...] espaço-origem, espaço-R ou o espaço da ‘realidade’ do falante”. É no interior do espaço-base que se constituem e se articulam outros tipos de espaços constituintes do processamento discursivo. Diante disso, assumimos, com Martins (2000), que toda instância de enunciação é um espaço mental/referencial, embora nem todo espaço mental/referencial seja uma instância de enunciação. Há espaços mentais/referenciais que, por não serem constituídos a partir de *formas do dizer*¹⁶, não são instâncias de enunciação, mas são constituídos, inevitavelmente, no interior dela. Nessa perspectiva, estamos considerando que um texto é formado por uma rede de espaços mentais/referenciais que são constituídos ou delimitados por instâncias de enunciação.

2.4. Síntese

Para enfocarmos, neste breve estudo, os processos e/ou operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, fez-se necessária a construção de um quadro de referência teórica que pudéssemos adotar na condução deste trabalho. Esse quadro teórico se construiu a partir do estabelecimento de uma interface entre a Teoria da Integração Conceptual e a Teoria da Enunciação, o que é possível, somente, pelo fato de ambas as teorias considerarem a linguagem como atividade discursiva. Salientamos, contudo, que nem todos os elementos constitutivos dessas teorias são considerados relevantes para o quadro teórico que ora apresentamos, com vista à análise do *corpus* selecionado.

Em síntese, do quadro teórico de Benveniste (1989, 1995) consideramos, essencialmente, as operações envolvidas na criação e articulação de instâncias de enunciação, no que tange às especificações do processo de construção das relações entre enunciador e enunciatário, situados em um determinado tempo e espaço discursivos, como fatores constituintes da referência discursiva, bem como a consideração de que a instância de enunciação é o espaço primitivo da fala, aquilo que Fauconnier e Turner (2002) denominam espaço-base.

Do quadro teórico de Fauconnier e Turner (2002), levamos em conta a proposição de

¹⁵ São consideradas formas do dizer: 1) situação default (instauração da fala); 2) verbos dicendi (dizer, citar, afirmar, etc); 3) alguns verbos não-dicendi (os verbos atacar, ferir, machucar, etc, que instrumentalizam o dizer); 4) nomes deverbiais de verbos dicendi (conversa, declaração, diálogo, sussurro, promessa, etc, que derivam dos verbos correspondentes); 5) termos de elocução (constituídos por substantivos, formalizam uma elocução, mas não são derivados de verbos, por exemplos: tese, lei, cláusula, texto, plebiscito, concepção, autor, e outros nomes análogos atuam como formas de dizer); 6) recursos da escrita (os parênteses, as aspas e o travessão). Todos relacionados com uma elocução/fala. (MAGALHÃES, 1998).

que as expressões lingüísticas por si só não portam sentidos, mas servem de gatilhos para sua produção. Assumimos, então, que é por meio da ativação de determinadas expressões lingüísticas, ou seja, ao se colocar a língua em funcionamento, que a mente humana produz sentidos, através da criação e articulação simultânea e dinâmica das redes referenciais (de espaços mentais), por meio da operação básica da mente, a integração conceptual, a qual é propiciada pela compressão e descompressão de relações vitais. Nesse contexto, estamos levando em conta que o nosso pensamento é contrafactual e que opera, sempre, e no mínimo, com dois espaços, o factual e o seu contrafactual.

Nessa perspectiva, consideramos que o processamento discursivo se efetiva por intermédio da criação e articulação de instâncias de enunciação, da criação e articulação de espaços mentais/referenciais, materializadas pela riqueza e variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais. Além disso, assumimos, com Martins (2000), que toda instância de enunciação é um espaço mental primitivo (base), embora nem todo espaço mental seja uma instância de enunciação. Isso porque uma instância de enunciação sempre é o espaço básico para algum outro espaço mental/referencial, que pode ser, ou não, uma outra instância de enunciação.

Convém ressaltar ainda que a escolha do arcabouço teórico no qual nos apoiamos a fim de tentar efetivar a tarefa a que nos propusemos, qual seja, a de verificar quais operações nossa mente é capaz de realizar para produzir sentidos, não se deu de maneira casual. Nos estudos lingüísticos desenvolvidos aqui no Brasil, encontramos também importantes contribuições que, implícita ou até mesmo explicitamente, fazem menção aos pressupostos teóricos a que nos referimos. Podemos verificar em Salomão (2005), Miranda (1999) e em Marcuschi (2001 e 2005), somente para citar alguns dos autores nos quais nos fundamentamos para realizar este trabalho, pontos de convergência com a teoria aqui adotada, tais como:

Em lugar de postular uma teoria das capacidades dos sistemas matemáticos, tão ao gosto da lingüística formalista das últimas décadas, o modelo dos espaços mentais articula-se a partir das capacidades da mente humana. Nesse enquadre, o modelo alinha-se com uma perspectiva inovadora da cognição que, confrontando-se com as teorias modularistas da mente, considera a organização cognitiva como um conjunto integrado de sistemas dentre os quais estão a linguagem e a estrutura sociocultural. Em outros termos, postula-se a linguagem como um instrumento cognitivo. (MIRANDA, 1999, p 81)

Entre as abordagens processuais da referência, parece-nos mais promissora a teoria dos espaços mentais, desenvolvida por Gilles Fauconnier [...]. Assim é que problemas clássicos dos estudos da referência têm encontrado nesta teoria soluções elegantes e persuasivas. (SALOMÃO, 2005, p.155)

Os processos de Integração/Mesclagem Conceptual de que tratamos, decisivos para a interpretação simbólica e, nestes termos, para a ordenação de nossa relação com o mundo, encontram a mais nobre de suas aplicações na constituição da própria cena comunicativa de que participamos como pessoas do discurso e na qual radicamos toda a experiência de percepção, concepção, referenciação e identificação das coisas. (SALOMÃO, 2005, p.163)

Vários estudos recentes sobre as anáforas, em especial, as anáforas indiretas, analisam a questão. [...] Ultimamente, inclino-me cada vez mais a considerar as teorias dos espaços mentais e das mesclas de domínios conceituais, tal como vêm sendo desenvolvidos por Gilles Fauconnier (1985, 1997) e, entre nós, por Margarida Salomão (1999) como uma das melhores abordagens dos processos de referenciação como atividades interativas e não operações lingüísticas. (MARCUSCHI, 2001, p. 39)

Isso posto, passaremos à análise do *corpus* selecionado, à luz dos princípios e pressupostos teóricos aqui delineados.

3. Análise

3.1. Apresentação do *Corpus*

Partimos do pressuposto de que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental e que todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços mentais/referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação. Em vista disso, decidimos trabalhar com um discurso político, pois consideramos ser ele um domínio discursivo essencialmente argumentativo e, também, por pressupormos apresentar uma gama de fatores que podem ser analisados, o que contribuirá positivamente para o nosso trabalho.

Para tanto, escolhemos como *corpus* o texto de um programa eleitoral da campanha presidencial do ano de 2002. Trata-se de um discurso político do candidato José Serra (PSDB), destinado a ser apresentado via televisão. Esse discurso foi ao ar no dia 20.08.2002, às 20h30, tendo como tema a segurança pública. Não obstante o fato de ser um texto oralizado, será assumido por nós, neste trabalho, como texto escrito, o que não influenciará no alcance do nosso propósito: demonstrar como se dá a construção de sentidos pela mente humana à luz da teoria da Integração Conceptual.

Eu me lembro muito bem quando tinha oito anos de idade. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. Quando penso no meu pai,

eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranquilo. Meu pai podia voltar para casa, à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado. Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores. [...] Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar.

3.2. Procedimentos Metodológicos Adotados na Análise do Texto

Para analisarmos o texto que constitui o corpus deste trabalho, a fim de demonstrarmos como os espaços referenciais (mentais) são criados e integrados no processamento discursivo, adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) leitura do texto, identificando a contraposição estabelecida a partir da implementação de dois tipos de instâncias enunciativas, dois tipos de espaços mentais, de espaços discursivos: o espaço da instância enunciativa básica configura a referência global do texto que, ao mesmo tempo, integra todos os demais espaços referenciais e a eles se contrapõe;
- b) identificação dos recursos (mecanismos) léxico-sintático-discursivos utilizados nos processos que implementam a contraposição dos espaços discursivos, quer através de comparações entre a instância básica e espaços por ela integrados, quer entre espaços integrados entre si;
- c) verificação de como a criação e integração de espaços referenciais se constituem como um recurso básico da argumentação, tendo como implicação a persuasão do auditório.

3.3. Análise do *Corpus*

A primeira consideração a ser feita a propósito de uma análise, na perspectiva pretendida, é que a realização da operação mental básica de integração conceptual traz em seu âmago a articulação de outras três operações, a saber: identificação, integração e imaginação. Dessa forma, a mente humana aciona e integra, simultânea e inevitavelmente, espaços mentais diversos, projetando-os sempre num e único espaço imagético em que se configura o sentido emergente. A mente humana, ao fazer isso, está criando, constituindo cenários enunciativos, os quais, no caso do texto em estudo, conside-

ramos ser, na sua modalidade típica de integração de espaços mentais/referenciais, essencialmente argumentativos.

No discurso utilizado por nós como *corpus*, podemos perceber que o locutor José Serra se apropria da língua, assumindo o papel de candidato, e se institui como enunciador; simultaneamente, institui o outro, o telespectador, alocutário, como enunciatário. No âmbito do espaço-base implementam-se, simultaneamente, o espaço da realidade do enunciador - o do candidato - e o seu contrafactual - o espaço de um público eleitor em potencial. Interessante notar aqui como a escolha dos itens lexicais de que se compõe o enunciado vai nos fornecer as pistas necessárias para a referenciação da relação enunciador/enunciatário. Na configuração lingüística dessa relação, percebemos ser José Serra um enunciador que tenta se apresentar como alguém cujos valores se coadunam com os anseios de seu enunciatário, um povo trabalhador, humilde, honesto, enfim, a grande maioria do eleitorado brasileiro. Conhecedor de que o candidato oponente representa melhor esse perfil e que, por essa razão, lidera as pesquisas de opinião pública, a primeira estratégia de que se vale é a de se despir da imagem de representante das elites brasileiras e, ao mesmo tempo, auto-representar-se como alguém do povo através da ativação de expressões lingüísticas, tais como: “[...] meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca”, “[...] lembro dele trabalhando sete dias por semana”, “[...] éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna”.

A partir da contraposição entre esses dois espaços, vários outros espaços são criados e integrados no interior do espaço-base, espaço primitivo da fala do candidato José Serra, com vista a conduzir o auditório ao fim pretendido, ou seja, merecer o voto do eleitor. Num deles, à realidade do enunciador contrapõem-se espaços de imaginação - como será seu governo - e de recordação - fatos de quando o candidato era menino. Esses espaços são implementados e simultaneamente contrapostos por itens lexicais do tipo “essência do meu *sonho*, *lembro*, *quando tinha* oito anos, *quando penso*”.

Também podemos contrapor os espaços *vida digna* versus *vida indigna* no discurso do candidato. Salientamos aqui como o espaço *vida digna* é capaz de representar com tanta propriedade o papel da mente humana na produção de sentidos. Esse espaço remete a tempos totalmente diferentes - um deles é o da recordação do candidato, e o outro, o da imaginação, posterior ao da eleição, o qual será resgatado, num futuro cronológico, caso o candidato José Serra seja eleito - e, em ambos os casos, ocorre a contraposição em relação ao espaço *vida indigna* que se refere ao atual estado de coisas, quando nos sentimos constantemente ameaçados. Ressalte-se aí o fato de como, ao acionar e integrar simultânea e dinamicamente espaços mentais/referenciais diversos, por meio da operação básica da mente, a Integração Conceptual, configuram-se sentidos emergentes projetados sempre como um e único espaço imagético que vai sendo discursivamente (re)configurado. Integrando esses espaços, podemos dizer que o argumento central do trecho consiste no fato de que o candidato quer dar ao Brasil o que há de melhor, segundo sua avaliação, e foi perdido em outros governos. E isso será possível porque o candidato tem conhecimento do que é o melhor: na proposta de José Serra, uma vida digna equivale a uma vida *sem violência*. Tudo isso se constitui

como argumento a favor da sua eleição para presidente.

Podemos observar, também, a implementação de um outro espaço, por parte do candidato, que é o de uma informação nova à qual a maioria de seu público ainda não teve acesso. Através da expressão “Você não sabe, mas [...]”, contrapõem-se dois espaços: o do enunciador que, embora não pareça, conhece a realidade das classes menos favorecidas economicamente - afinal, “[...] estudava numa escola pública lá no bairro mesmo” - e o do enunciatário, a maioria da população brasileira que não conhecia a vida pregressa do candidato.

No trecho abaixo, seqüência do discurso do candidato José Serra, podemos ver a contraposição dos espaços *opinião do candidato* e *opinião do povo* que se integram, visando a evidenciar a compatibilidade existente entre a opinião do candidato José Serra e a opinião popular. Isso consiste num argumento a mais em favor da eleição desse candidato à presidência da República. Observe-se:

Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar.

Outra contraposição que se percebe no trecho reside na relação estabelecida entre o governo federal e o governo estadual no tocante à questão do combate à violência. No governo atual, “[...] é obrigação dos governantes estaduais”, mas no governo do pretense presidente, “[...] vai ser também de responsabilidade do Governo Federal”. Da criação e articulação desses espaços mentais/referenciais, emerge o sentido que aponta vantagens para o *tempo* em que José Serra for presidente.

A propriedade da contrafactualidade manifesta na Integração de Espaços constituintes e constitutivos da Rede Referencial (de Espaços Mentais) desse discurso visa a conduzir a mente do enunciatário a concluir que o candidato José Serra é o candidato ideal para assumir a presidência da República.

Não é nossa pretensão, aqui, esgotar todas as possibilidades de construção de sentido. Pretendemos, tão-somente, dar uma idéia geral de como a mente humana funciona quando é ativada por expressões lingüísticas que funcionam como gatilho de todo esse processo.

4. Conclusão

Partimos do pressuposto de que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental e que todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços referenciais (mentais) aqui tomados como instâncias de enunciação. Portanto, consideramos,

também, que a referenciação se dá pela criação e articulação das diversas instâncias enunciativas num plano maior que corresponde ao plano-base, no qual elas se articulam. No entanto, é necessário observar que, no processamento discursivo, as instâncias de enunciação não se atualizam na materialidade do texto como constructos linearmente ordenados, em conjuntos de enunciados dispostos linear e sequencialmente organizados. Ao contrário, tudo isso se efetiva hipertextualmente. Na materialidade do texto tem-se, apenas, uma configuração material das expressões lingüísticas minimamente necessárias para a semantização das instâncias como domínios cognitivos do processo de referenciação. Na verdade, cada texto atualiza uma e única instância de enunciação, um espaço discursivo integrado em que se articulam, hierarquicamente, todos os demais espaços mentais/referenciais instituídos *no e pelo* processamento discursivo que o gera.

Assim, ao analisar a construção da referência no âmbito do processamento discursivo, colocamos em cena um modelo baseado na conexão entre semântica e cognição que visa a explicitar regularidades identificadas na relação cognição-linguagem. Nesse modelo, a cognição extrapola a dimensão na qual as estruturas lingüísticas são fundamentadas apenas em princípios cognitivos naturais e passa a ser concebida como uma construção social, intersubjetiva e historicamente configurada.

5. Referências Bibliográficas

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

FAUCONNIER, Gilles. *Espaces mentaux: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*. Paris: Les Editions de Minuit, 1984.

_____. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAGALHÃES, Edna Maria Santana. *A construção de instâncias enunciativas em*

textos escritos do português culto do Brasil. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Letras da PUC/MG, Belo Horizonte, 1998.

MARCUSCHI, L. A. Atos de referenciação na interação face a face. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 41, 2001.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltroniere. *Dêixis, discursivização e espaços mentais*. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Letras da PUC/MG, Belo Horizonte.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelo dos espaços mentais. In: *Veredas: revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 81-95, 1999.

NASCIMENTO, Milton; OLIVEIRA, Marco Antônio. Texto e hipertexto: referência e rede no processamento discursivo. In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José et al. (Org.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sócio-cognitivo da referência. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.